

PROCESSO	- A.I. Nº 298616.0007/00-9
RECORRENTE	- RUAS COUROS E PELES LTDA.
RECORRIDA	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO	- RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 1ª JJF nº 2136-01/01
ORIGEM	- INFAZ IGUATEMI
INTERNET	- 10.10.02

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0364-12/02

EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. Modificada a decisão. Constatando-se, num mesmo exercício, diferenças tanto de saídas como de entradas através de levantamento quantitativo, deve ser exigido o imposto tomando-se por base a diferença de maior expressão monetária, no caso, a das saídas. Refeitos, mediante nova diligência, os cálculos da autuação, remanescem diferenças. Recurso **PARCIALMENTE PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Recurso Voluntário foi interposto pelo autuado contra a decisão da 1ª JJF, que julgou o Auto de Infração Procedente em Parte, que exige imposto apurado mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadoria – Acórdão JJF n.º 2136-01/01 – alegando que a Decisão Recorrida acatou parcialmente as suas razões defensivas, mas que identificou alguns equívocos no demonstrativo elaborado, motivado pela semelhança de produtos, nomenclaturas, caligrafia de funcionários, “apelidos” de produtos e descuidos em vista da grande quantidade de notas fiscais manuseadas.

É assim que contestou o resultado apurado referente ao item I – Colchão D33 Gucci Protetore fabricante Sonolar – solicitando a revisão de preço médio de venda considerado R\$160,00, e apontou algumas notas fiscais que não foram consideradas no levantamento, anexando cópias das mesmas.

A pedido da Representante da PROFAZ, esta 2ª CJF deliberou que o PAF fosse encaminhado à ASTEC, para que fiscal estranho ao feito responda se o cálculo do preço médio do produto mencionado está correto, além de analisar as notas fiscais anexadas, e, se necessário, elaborar novo demonstrativo.

Atendendo a solicitação, o diligente da ASTEC inclui 10 unidades do produto que não haviam sido consideradas no levantamento quantitativo e reviu o cálculo do seu preço médio, que foi reduzido para R\$151,00, e elaborou novo demonstrativo apurando uma redução do imposto devido de R\$1.278,92 para R\$1.084,26.

Os autuante e autuado cientificados do resultado da diligência silenciaram.

A Representante da PROFAZ, em Parecer, afirmou vislumbrar que a Decisão Recorrida deve ser modificada, adotando-se o novo demonstrativo elaborado pela ASTEC, que acatou parcialmente as razões recursais. Opinou pelo Provimento Parcial do Recurso Voluntário.

VOTO

Vejo que, no presente caso, assiste parcialmente razão ao recorrente pois, por solicitação da Representante da PROFAZ, foi realizada diligência por preposto da ASTEC que corrigiu os equívocos apontados, e reduziu o valor do débito de R\$1.278,92 para R\$1.084,26.

O resultado desta diligência foi submetido aos autuante e autuado que silenciaram, o que implica na sua concordância tácita, como preceitua o art. 140, do RPAF/99.

Por esta razão, acato o demonstrativo elaborado pelo diligente da ASTEC, e voto pelo PROVIMENTO PARCIAL do Recurso Voluntário, para modificar a Decisão Recorrida e julgar o Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER PARCIALMENTE** o Recurso Voluntário apresentado e modificar a Decisão Recorrida para julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 298616.0007/00-9, lavrado contra **RUAS COUROS E PELES LTDA.**, devendo ser intimado o Recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.084,26**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de Setembro de 2002.

JOSÉ CARLOS BOULHOSA BAQUEIRO - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

CIRO ROBERTO SEIFERT - RELATOR

MARIA HELENA CRUZ BULCÃO - REPR. DA PROFAZ